

# **Processo (s) de Transição ao Trabalho: o caso dos diplomados em Comunicação Social da ESEV**

**Luís Nuno Sousa**

## **RESUMO**

A problemática da Transição ao Trabalho, por parte dos diplomados do Ensino Superior, tem ganho na última década em Portugal, uma visibilidade científica crescente. As questões do Desemprego, até aqui maioritariamente ligada aos que não detinham formação de índole superior, alarga-se, atingindo actualmente e de uma forma indiscriminada, o todo populacional, fundamentalmente os pertencentes às fchas etárias mais jovens. Consequentemente perde cada vez mais coerência falar em grupos mais propensos ou não ao Desemprego, o facto é que se verifica uma heterogeneidade crescente na composição dos que são atingidos pelo mesmo. Procurar-se-á analisar de que forma decorreu a integração profissional e respectivos percursos profissionais, por parte dos diplomados tentando igualmente verificar de que forma o acesso a este mesmo diploma superior, acarretou mudanças ao nível da sua mobilidade social e geográfica, tendo em conta o enquadramento geográfico específico que caracterizava o respectivo objecto de estudo. As representações dos mesmos face à formação recebida, bem como face ao emprego exercido na altura, constituíam igualmente preocupações paralelas a esta pesquisa.

### **Palavras-Chave :**

Emprego, Formação, Ensino Superior, Juventude.

## **RÉSUMÉ**

Mots-clef : Emploi, Formation, Études Supérieures, Jeunesse

Le problème de la Transition au Travail de ceux qui possèdent un diplôme universitaire a acquiert, au Portugal, pendant la dernière décennie, une visibilité scientifique croissante. La question du chômage, jusqu'ici liée à ceux qui ne détenaient aucune formation supérieure, s'élargit et atteint, de nos jours, et de façon indistincte, le tout de la population, et surtout ceux qui appartiennent aux couches les plus jeunes. Par conséquent, il devient de moins en moins cohérent de parler de groupes plus ou moins atteints par le chômage — en fait, il y a une croissante hétérogénéité dans la composition de ces groupes-là. On cherchera à analyser l'intégration et les parcours professionnels des diplômés cherchant également à vérifier à quel point l'accès à ce Diplôme Supérieur a apporté des mutations au niveau de leur mobilité sociale et géographique, face au contexte géographique spécifique qui caractérisait le respectif objet d'études. Les représentations et espoirs des diplômés face à la formation reçue,

ainsi que face à l'occupation exercée à l'époque, constituent autant de questions parallèles à cette recherche.

## **ABRIDGEMENT**

Key-Words: Employment, Formation, Superior Teach, Youth

The problem with the work transition, on behalf of the graduated from college, has been acquiring in Portugal in the last decade an increasing scientific eyeshot. The Unemployment questions, which were until now preponderantly linked with those without any kind of graduation, widen, reaching nowadays and in a miscellaneous manner the whole population, mainly the youngest. Consequently, it loses each time more congruity to mention groups which are the most propense or not to Unemployment, the truth points out to a growing dissimilarity in the composition of those struch by it. It will be sought not only to analyse how the professional integration unfolded and the matching professional pathways of the graduated but also to verify how the access to this degree led to mutations concerning the social and geographical mobility, taking on consideration the specific geographical framing which characterized the focused object of study. The performances and expectations concerning the obtained studies as well as the job followed at that time were also disquiet concerning this inquiry.

### **1 – Questões Introdutórias**

O interesse sobre a problemática da transição ao trabalho, por parte dos diplomados do Ensino Superior, tem aumentado significativamente na última década, em Portugal, tendo progressivamente despertado o interesse de diversos investigadores. A título de exemplo, citem-se as investigações mais recentes, relativamente à presente problemática, onde se destacam os trabalhos de Martins, et al (2002); Gonçalves et al (2001); Alves (2000), entre outros. Esta preocupação intensificou-se com a progressiva massificação do Ensino Superior, com o aumento da competitividade do mercado de trabalho e a procura de novas competências e perfis profissionais, com o aumento das

taxas de desemprego, com a precariedade laboral (que já não afectam somente os que não detêm um diploma) e com a incompatibilidade casa vez mais frequente entre qualificações adquiridas, saídas profissionais e realizações pessoais. Este interesse vem, por outro lado, exteriorizar um crescente esforço de auto-avaliação, por parte das instituições do Ensino Superior em Portugal, o que denota por parte das mesmas uma maior abertura ao meio sócio-económico envolvente, reflectindo sobre questões que já são alvo de análise há algum tempo, em diversos países europeus, refira-se a título de exemplo os trabalhos realizados por Vernières (1997), Alaluf, et al, (1987) Rose (1987).

Esta temática ganha outra dimensão quando verificamos um estender cada vez mais evidente das trajectórias escolares. Segundo Esteves (1995) esta situação origina um prolongamento da juventude, um aumento da dependência face à família de origem, bem como um adiamento, por vezes, demasiado longo das expectativas criadas pelo sistema de ensino e que posteriormente poderão vir a ser frustradas pelo Sistema de Emprego. “Le phénomène de chômage massif juvénile (...) crée une sorte de désillusion collective résultant du décalage structural entre les aspirations et les chances, entre l’identité sociale que le système d’enseignement semble promettre et celle offerte par le marché du travail (...)” (Nicole-Drancourt ; Roulleau-Berger, 2001:203).

Deste modo, e tendo presente Arroiteia (1996), assistimos actualmente a um conjunto de desajustamentos entre as qualificações necessárias aos diferentes sectores da economia e as qualificações verdadeiramente detidas pela maioria da população, mesmo a mais escolarizada. O aumento das exigências e competitividade do mercado de trabalho acarretam novos desafios, o diploma já não representa a condição única e privilegiada de acesso a um emprego, a sua desvalorização é evidente e progressiva. “La comparaison des postes que détiennent à deux époques différentes les titulaires d’un même diplôme donne une idée approchée des variations de la valeur des diplômes sur le marché du travail. ” (Bourdieu, 1979 :148).

Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger (2001) falam mesmo em inflação escolar para caracterizar a actual relação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho. Também para Galland (1991), a posse de um diploma já não representa actualmente uma garantia de acesso a posições sociais e profissionais coerentes com o tipo e conteúdos da formação recebida. A utopia de que a simples posse de um diploma garantiria *à priori* uma boa situação face ao trabalho desvaneceu-se há muito.

A população alvo é pois constituída por todos os diplomados em Comunicação Social que terminaram o curso até ao início do ano lectivo de 2000/2001. Desta forma,

foram abrangidos os anos lectivos de 1994/95 a 1999/2000, constituindo uma população de 84 casos observáveis, dos quais foi possível efectivamente analisar 70 casos.

Os principais objectivos seriam o de analisar de que forma decorreu a integração profissional e respectivos percursos profissionais, por parte dos diplomados em Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Viseu, tentando igualmente verificar de que forma o acesso a este mesmo diploma superior, acarretou mudanças ao nível da sua mobilidade social e geográfica, tendo em conta o enquadramento geográfico específico que caracterizava o respectivo objecto de estudo. As representações dos mesmos face à formação recebida, bem como face ao emprego exercido na altura, constituíam igualmente preocupações paralelas a esta análise.

No que concerne à problemática central, a análise da transição ao trabalho permite uma abordagem estrutural e longitudinal durante um período de tempo alargado, já a problemática da inserção profissional permite uma abordagem transversal e sincrónica da situação de emprego, após a saída do sistema de ensino.

Independentemente de se verificar que a análise da transição ao trabalho se manifesta mais aliciante, complexa e permite a possibilidade de tirar um conjunto de ilações mais variadas e profundas, a limitação temporal que rodeava este estudo, impediu-nos de adoptar uma análise longitudinal que permitisse traçar trajectórias profissionais. Face a isto, tornou-se pertinente perceber de que forma se deu a inserção profissional dos indivíduos e, quando possível, construir, com algumas reservas, esboços de tendências que os percursos profissionais dos mesmos transparecessem.

## **2 – Enquadramento Teórico-Conceptual**

### *2.1 – Dicotomias do Ensino Superior em Portugal*

Temos assistido, essencialmente nas últimas décadas, a um movimento de expansão significativa da oferta de Ensino Superior em Portugal, quer através do sector público, como do sector privado. “Todo o século XX (até 70), é caracterizado em Portugal por um ensino superior selectivo e elitista, (...) uma vez que cerca de 4/5 dos estudantes provinham de cerca de apenas um décimo das famílias.” (Oliveira, 2000:104). Com a criação do Ensino Superior Politécnico, não se diversificava somente a oferta e o tipo de Ensino Superior, mas também se distribuía regionalmente a mesma.

Este constitui-se mesmo como um dos objectivos primordiais da instituição deste ensino. Estas instituições, constituíam-se “(...) como centros promotores de racionalidade e de apoio ao desenvolvimento, quer no âmbito nacional, quer sobretudo no âmbito das regiões e das localidades em que cada uma destas instituições se encontra instalada.” (CNE, 1990. II, 642).

Para Simão e Costa (2000) este tipo de ensino aparecia associado à resposta a quatro questões: responder às expectativas do mercado de trabalho, em termos de recursos humanos, integrada numa perspectiva desenvolvimentista; reforçar as condições de igualdade no acesso ao Ensino Superior; adequar os conteúdos e práticas aos diferentes grupos populacionais e estimular formação contínua e educação recorrente. Apesar disto, a distinção entre estes dois subtipos de ensino, era (é?) evidente, fundamentalmente ao nível do tipo de formação facultada (duração dos cursos), na sua organização curricular bem como na sua ligação à comunidade. “Daí a permanência de uma lógica de organização regional dos cursos do politécnico, através de uma intenção marcadamente profissionalizante dos seus diplomas (...)” (Arroteia, 1996:38). Por outro lado, também ao nível da investigação, as diferenças eram (são?) evidentes. A investigação nos espaços universitários constitui um dos vectores fundamentais no desenvolvimento da qualidade de ensino, afirmando-se que estes espaços não são somente espaços de transmissão cultural mas também de produção de saber/conhecimento. Ora, se tivermos em conta os objectivos e o tipo de formação facultados por estes dois tipos de formação superior, e tendo em conta que a nível universitário esta investigação permite uma mais rápida adaptação às inovações e mutações do Sistema de Emprego, verificamos que o ensino teoricamente mais profissionalizante (Politécnico) deveria ser aquele no qual este hábito de investigação deveria também ser instituído como prática regular. É um contra-senso que ultrapassa profundamente o limite da investigação, mas que não poderia deixar de ser equacionado.

Aquele que constituía o grande objectivo da constituição do Ensino Superior Politécnico, não foi cumprido com o rigor, nem com a efectividade na qual se tinha baseado a sua criação, não se constituindo, desta forma, o elemento de equilíbrio que se pensaria que verdadeiramente poderia vir a constituir. Além disto, é importante também referir que o Ensino Superior Politécnico tem sido procurado maioritariamente por indivíduos provenientes de classes sociais mais baixas. Tendo em conta Cruz e Cruzeiro (1995), verifica-se que o ensino não universitário, tem constituído verdadeiramente o

fenómeno constituinte da democratização efectiva do Ensino Superior em Portugal. “Em suma (...) as áreas «nobres» do sistema de ensino são também as que mais oportunidades conferem em termos de reprodução do capital escolar (...)” (Idem, idem: 88).

Assim, o nível sócio-cultural de origem influencia o tipo de Ensino Superior frequentado, não constituído um fenómeno novo o facto de se continuar a assistir à existência de uma regionalização na procura do mesmo. Tendo em conta as previsões demográficas enunciadas e considerando também as tendências das últimas décadas, com a diminuição da procura do Ensino Superior, a concorrência entre os estabelecimentos vai aumentar e a qualidade e tipo de formação facultada, constituirão, efectivamente, os factores de escolha prioritários dos futuros candidatos ao mesmo. Desta forma, urge reflectir profundamente no tipo e teor da formação que se faculta, essencialmente ao nível da qualidade da mesma, de modo a, efectivamente consolidar posições neste “mundo” concorrencial cada vez mais complexo, que constitui a oferta de Ensino Superior em Portugal. O facto é que, independentemente de tudo isto, a estrutura actual do Ensino Superior Português é no mínimo discutível, polémica e desigualitária, mas também não nos podemos esquecer que “(...) a universidade portuguesa está a procurar fazer de uma só vez o que o resto do mundo ocidental fez em duas revoluções espaçadas por dois séculos de história (...) estamos a viver (...) um gigantesco processo de aprendizagem colectiva e de recomposição de saberes.” (Oliveira, 2000:107).

Apesar de ouvirmos insistentemente a referência à valorização progressiva de um ensino mais próximo das realidades evidenciadas pelo mercado de trabalho, continuamos a verificar uma valorização diferenciada a que estes dois tipos de diplomas são sujeitos. Continua a valorizar-se de uma forma mais evidente, os diplomas do ensino universitário, em detrimento dos diplomas do Ensino Politécnico. É necessário equilibrar esta situação, sob pena de este mesmo ensino ver a sua visibilidade perder-se face aos novos desafios lançados na Declaração de Sorbonne em Maio de 1991 e com a sua continuidade em Bolonha a 19 de Junho de 1999. Contudo, as particularidades da Declaração de Bolonha, principalmente ao nível da adopção de um quadro comum de referência para as estruturas curriculares, poderá vir a constituir a oportunidade do Ensino Politécnico, de uma vez por todas, alcançar o nível e estatuto presente no Ensino Universitário, desde a sua criação. Tudo porque esta declaração defende uma uniformização/homogeneização das instituições e dos diplomas, valorizando, sobretudo,

as qualificações e não os graus académicos, independentemente no local onde as mesmas foram adquiridas. Esta poderá constituir efectivamente, a oportunidade de assistirmos em Portugal ao atenuar das diferenças entre o Ensino Superior Universitário e Politécnico, ao fim do Sistema Binário do Ensino Superior, se pensarmos que reside essencialmente a este nível (diferentes tipo de formações), a principal diferença entre eles. No momento em que escrevo estas linhas foi tornado pública a informação que a estrutura curricular dos cursos superiores, tendo em conta os pressupostos de Bolonha, será de 3 anos. Apesar de constituir uma forma simplista de caracterizar estes pressupostos, esta apresenta-se como uma questão nuclear, levantando-se dúvidas que sejam exequíveis, pelo menos num futuro imediato. Muitas mais linhas se irão escrever relativamente a este assunto, as excepções a esta estruturação curricular já começaram a ser requeridas por diversas áreas científicas. Bom prenúncio não será...

## *2.2 – Massificação do Ensino e desvalorização dos diplomas*

Os jovens apresentam, actualmente, grandes dificuldades aquando da saída do sistema de ensino. Para Dubar (1987) são fundamentalmente os jovens abaixo dos 25 anos e que saem do sistema educativo sem um diploma, os mais afectados pelo fenómeno de desemprego. Face a isto, não se torna difícil de compreender o objectivo inerente à extensão progressiva das trajectórias escolares. A aposta na educação deixou de representar uma “vontade política”, para representar, cada vez mais, um reflexo evidente, de trajectórias individuais e familiares, face ao aumento de exigências do Sistema de Emprego e face à desvalorização progressiva dos diplomas, potenciada por esta mesma massificação. Sem dúvida que estas estratégias têm na sua génese o intuito efectivo de permitir uma satisfatória transição ao trabalho. Não esqueçamos, e tendo presente momentaneamente Bourdieu (1979) que o volume e estrutura do capital económico, social e cultural da família de origem, determinam efectivamente as oportunidades de continuidade do processo de escolarização e de acesso ao emprego.

Assim, o acesso ao Ensino Superior apresentou-se, apesar do aumento da oferta, como uma forma de diferenciação efectiva face ao futuro profissionais dos jovens. Contudo, esta situação tem-se modificado, verificando-se uma desvalorização destes títulos (Bacharelato e Licenciatura) e surgindo novos parâmetros diferenciadores: as Pós-Graduações e os Mestrados. Contudo, é unanimemente aceite que o nível de

formação influencia as modalidades de acesso aos diferentes níveis de emprego. Esta situação permite distinguir, para Michon (1996) o desemprego conjuntural, que abrange os indivíduos que procuram trabalho por falta de empregos nas suas áreas de formação específica, do desemprego estrutural, que abrange os indivíduos que não procuram trabalho por não possuírem as aptidões requeridas.

Face às mutações profundas verificáveis ao nível do trabalho, principalmente as inovações tecnológicas que têm caracterizado os processos produtivos nos últimos anos, temos vindo a assistir a uma proliferação do desemprego estrutural, principalmente quando verificamos em Portugal altas taxas de um abandono escolar precoce. Mas não são somente estes os jovens que são afectados pelo desemprego, também aqueles que saem do sistema de ensino com um diploma exteriorizam dificuldades profundas em aceder ao emprego, embora não apresentem ainda, taxas de desemprego tão elevadas. São preferencialmente afectados por formas de trabalho atípicas, que muitas vezes acarretam uma precariedade efectiva de emprego, independentemente da sua formação, fundamentalmente quando o que está em questão é o 1º emprego. Este constitui um dos paradoxos que caracteriza actualmente a relação entre o sistema educativo e o sistema produtivo. Como já foi referido, a década de 90 do século XX, inaugura de uma forma efectiva, o surgimento de desemprego de jovens diplomados do Ensino Superior, causando a perplexidade em muitos dos sectores das sociedades ocidentais. O “mito”, que rodeava as potencialidades oferecidas por esta formação, vai perdendo linearidade, face à proliferação de discontinuidades entre formação e emprego. Para Galland (1991), apesar do aumento significativo do investimento escolar atrasar a entrada para o mercado de trabalho e ilusoriamente diminuir a taxa de desemprego, o facto é que os problemas de inserção irão existir, principalmente quando o que está em causa é o acesso a um emprego estável.

Desde a Teoria da Reprodução da Escola Sociológica Francesa, impulsionada pelos trabalhos de Bourdieu e Passeron (s/d) e Boudon (1977) constituindo o modelo teórico da reprodução social, que se verificou que o espaço escolar não era um espaço igualitário, onde as pessoas não chegavam em igualdade de circunstâncias.

Embora inicialmente preocupado com estas desigualdades, no espaço escolar e tendo como pano de fundo a teoria das classes sociais, estes autores vão constatar a progressiva desvalorização dos diplomas e a constituição de novos parâmetros, novas exigências, cada vez mais elevadas. Esta questão afecta particularmente as classes mais baixas, que progressivamente vêem um dos únicos veículos de ascensão social ser

inflacionado e vendo novos parâmetros, mais exigentes, serem instituídos. Posteriormente, face à massificação do ensino, inclusive o Ensino Superior, verifica-se um processo que, até aos nossos dias, se tem efectivado e aprofundado – a desvalorização dos diplomas escolares, “ (...) l’accroissement du nombre des titulaires de titres scolaires est plus rapide que l’accroissement du nombre des positions auxquelles ces titres conduisaient en début de période. ” (Bourdieu, 1979:149).

Com a cada vez mais evidente inflação dos títulos escolares, assente numa progressiva procura de educação, por parte da generalidade da população, assiste-se a um alongamento progressivo da escolaridade e a um aumento significativo da competição por estes mesmos títulos. Assim, “(...) chacun a intérêt à pousser ses études le plus loin possible, et à viser le diplôme le plus élevé (...).” (Idem, idem :29). Este processo tem ganho nos últimos anos, dimensões preocupantes, quando se pensa nas consequências sociais que acarreta, tudo porque a procura de educação continua a crescer e a hierarquização e regulação da oferta continua a denotar, de uma forma cada vez mais evidente, uma ineficácia preocupante. “Ainsi, l’institution scolaire tend à apparaître de plus en plus, tant aux familles qu’aux élèves eux-mêmes, comme un leurre, source d’une immense déception collective (...) le temps passé dans l’ institution scolaire leur apparaîtra comme un temps mort, un temps perdue.” (Bourdieu, idem : 600). Esta constatação vem pôr fim à ilusão de que o livre acesso ao ensino iria permitir melhorar e aproximar as diversas classes sociais e os diversos níveis de vida existentes, contribuindo linearmente para uma diminuição efectiva das desigualdades sociais.

Esta situação, segundo Grácio (1986) afecta decisivamente as esperanças sociais associadas a determinados níveis de instrução, devido ao aumento da procura das mesmas, originando inevitavelmente a sua desvalorização e conseqüentemente a procura de um “patamar” educacional mais elevado, a situação ganha contornos tão mais preocupantes, quando se verifica que este processo tem denotado um movimento contínuo e ascendente. É esta a situação que caracteriza actualmente muitos sistemas de ensino e que justifica a progressiva generalização de outros tipos de diplomas, que se sobreponham à Licenciatura, mas principalmente ao Bacharelato.

Como afirma Galland (1991) a tendência é a de cada vez mais assistirmos a um aumento da procura de formação pós – Ensino Superior, o que corresponde a um novo aumento das trajectórias escolares, em termos temporais, e conseqüentemente a um maior adiamento da entrada dos jovens na vida adulta. Urge questionar, qual será a próxima fasquia?

### *2.3 – Transição ao trabalho: o grande desafio da juventude*

As questões do desemprego ganham, hoje em dia visibilidade crescente, face às conjunturas económicas e sociais que as actuais sociedades ditas de desenvolvidas apresentam. Neste particular, os jovens têm vindo a ganhar um protagonismo, que não seria desejável se pensarmos que são estes, à priori, os que reúnem melhores condições para uma mais rápida adaptação às novas exigências do Sistema de Emprego.

Se juntarmos a este fenómeno, o facto de já nem os diplomas garantirem previamente uma mais rápida e fácil transição ao trabalho, verifica-se que esta problemática tem ganho novos parâmetros, formas e dimensões, afectando agora não somente os jovens, mais insistentemente do sexo feminino, sem diploma, mas, também, aqueles que apresentam trajectórias escolares extensas, coroadas com a obtenção do mesmo.

A imagem de transição, segundo Esteves (1995) reforça a expectativa da incerteza no que diz respeito ao futuro profissional dos jovens. Estes, enfrentam novos fenómenos e desafios caracterizadores da integração profissional: desemprego juvenil e a desvalorização progressiva dos diplomas. Por outro lado, toma em consideração aspectos relacionados com a vida pessoal dos indivíduos, mais especificamente o sistema familiar aos quais os mesmos pertencem, referindo a sua influência inquestionável nas identidades, representações e opções dos mesmos face à vida sócio-profissional futura. Assim, “ (...) o conceito de transição ao trabalho é (...) uma metáfora de múltiplas referências, através da qual se configuram lógicas e processos sociais de outro modo dificilmente reconhecíveis, envolvendo entidades sociais (...) que já não (a)parecem como pareciam.” (Idem, idem: 91).

Actualmente, o acesso a um emprego não é um fenómeno espontâneo, imediato, mesmo para os que detêm qualificações elevadas. Esta situação ganha contornos mais evidentes quando pensamos nos jovens que procuram aceder ao 1º emprego. Estes apresentam, actualmente, taxas de paragem muito elevadas, após a saída do sistema de ensino; Galland (1991) apelidou mesmo esta paragem como um período de “moratória”. Tendo presente Rose (1987), dados recentes elevam esta problemática a questões mais profundas, ao verificarmos a proliferação dos empregos precários e um aumento da mobilidade profissional, não necessariamente de carácter ascendente.

É comumente aceite a relação existente entre os conceitos de passagem à vida adulta e passagem à vida activa, defendendo, mesmo, que estes constituem dois fenómenos de um mesmo processo. Assim, “ (...) a noção de «passagem» ou de «transição» para a vida adulta integra (...) a de inserção profissional, na medida em que nessa passagem ou transição se joga, ao mesmo tempo que a entrada no mercado de trabalho, o acesso a outras características socialmente atribuídas ao estatuto de adulto.” (Pais, 1994:18).

A não integração no Sistema de Emprego, além de ter consequências diversas em termos de autonomia económica, possui, nas sociedades actuais, um papel fulcral na passagem dos jovens, globalmente após um longo percurso escolar, à vida adulta. Como se verifica, este processo não tem como principal indicador a idade, mas acima de tudo a situação do jovem face ao Sistema de Emprego. Desta forma, o sistema educativo, deve proporcionar e inculcar nos mesmos, uma capacidade de adaptação e reconversão ao mesmo, que exigirá, cada vez mais, uma mobilidade profissional e geográfica. Segundo Galland (1991) existem três momentos fulcrais para efectivamente acontecer a entrada na vida adulta por parte dos jovens: autonomia face à família; entrada na vida activa/profissional e formação de um relacionamento afectivo.

A massificação do ensino, particularmente visível em Portugal a partir de finais da década de 70 do século XX, origina a um aumento significativo, em termos temporais, das trajectórias escolares dos jovens, adiando consideravelmente a entrada dos mesmos na vida activa e potencialmente na vida adulta. Tendo em conta este mesmo autor (idem), é importante igualmente referir a existência de um movimento paralelo a todo este processo: a democratização sexual do ensino, através da progressiva escolarização do sexo feminino, que actualmente apresentam taxas de frequência do ensino mais elevadas, que os seus congéneres do sexo masculino. Esta situação contribui, por outro lado, para o adiamento do início da constituição de uma vida conjugal, aspecto fulcral da passagem à vida adulta. Para Oliveira (1993) no cerne desta questão e face ao valor que o trabalho representa nas sociedades humanas, está o emprego.

### **3 – Resultados alcançados**

A análise incide sobre diversas questões: caracterização do processo de transição ao trabalho; processos de mobilidade profissional, Social e geográfica; bem como as

representações e expectativas face à formação recebida e ao emprego exercido. Seguidamente apresentam-se sumariamente as principais conclusões obtidas.

### 3.1 – Caracterização do processo de transição ao trabalho

Importa primeiramente reflectir sobre a situação profissional dos diplomados antes da conclusão do curso, de forma a evidenciar que características ou particularidades, que o universo de estudo poderia conter.

QUADRO 1

Situação actual perante o trabalho segundo, a situação perante o trabalho durante o curso

		<i>Situação perante o trabalho durante o curso</i>			<i>Total</i>
			Estudante a tempo inteiro	Tinha uma actividade profissional	
<i>Situação actual perante o trabalho</i>	Empregado	Nº	26	31	57
		%	74,3	88,6	81,4
	Desempregado à procura de emprego	Nº	5	2	7
		%	14,3	5,7	10
	Estagiário com remuneração	Nº	3	2	5
		%	8,6	5,7	7,1
	Estagiário sem remuneração	Nº	1	-	1
		%	2,9	-	1,4
<i>Total</i>	Nº	35	35	70	
	%	100	100	100	

Duas ideias sobressaem da leitura do quadro 1, a primeira é a de que a taxa de indivíduos que afirmam, no último ano do curso de Comunicação Social, exercerem já uma actividade profissional, é semelhante à dos estudantes a tempo inteiro, comprovando-se o aumento da procura de formação superior, por parte de indivíduos que já se encontram integrados profissionalmente.

Como já foi possível constatar em Cruz e Cruzeiro (1995) os trabalhadores-estudantes têm aumentado significativamente ao nível do Ensino Superior em Portugal, demonstrando que o investimento no mesmo já não é um fenómeno restrito das populações mais jovens. Consequentemente, a formação superior é cada vez mais um objectivo de diversos indivíduos, pertencentes às mais diversas faixas etárias. Este iria constituir-se como um aspecto a ter em conta em toda a análise posterior.

A segunda ideia é a de que de 10% da população se encontrava na altura desempregada. Restava verificar em que circunstâncias acederam aos mesmos, bem

como em que circunstâncias é que os mesmos estariam a ser exercidos, principalmente no que respeita ao caso dos estudantes a tempo inteiro.

### QUADRO Nº 2

Tempo decorrido entre conclusão do curso e obtenção do 1º emprego, face à situação perante o trabalho, durante o curso

		<i>Situação perante o trabalho durante o curso</i>			<i>Total</i>
			Estudante a tempo inteiro	Tinha uma actividade profissional	
<i>Tempo decorrido entre conclusão do curso e obtenção do 1º emprego</i>	Ainda estou à procura de emprego	Nº	4	1	5
		%	11,4	2,9	7,1
	Não procurei emprego porque continuei a estudar	Nº	2	-	2
		%	5,7	-	2,9
	Não procurei emprego porque continuei na mesma actividade	Nº	-	27	27
		%	-	77,1	38,6
	Menos de 3 meses	Nº	15	3	18
		%	42,9	8,6	25,7
	Entre 3 e 6 meses	Nº	11	3	14
		%	31,4	8,6	20
Entre 6 meses a 1 ano	Nº	2	1	3	
	%	5,7	2,9	4,3	
Mais de 1 ano	Nº	1	-	1	
	%	2,9	-	1,4	
<i>Total</i>	Nº	35	35	70	
	%	100	100	100	

Relativamente ao tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego, e no que diz respeito aos estudantes a tempo inteiro, verifica-se que o tempo médio decorrido entre o final do curso e o 1º emprego não foi extenso.

Desta forma, as taxas de espera mais representativas situam-se entre os 3 meses de espera: 42,9% afirmaram terem demorado menos de 3 meses a encontrar o 1º emprego e 31,4% entre 3 a 6 meses, neste mesmo processo.

Pode considerar-se que estes resultados são globalmente positivos tanto mais se tivermos em conta resultados alcançados em investigações recentes (Alves, 2000; Gonçalves et al, 2001; Martins et al , 2002).

### QUADRO Nº 3

Número de empregos, após conclusão do curso, tendo em conta a situação perante o trabalho, durante o curso

			<i>Situação perante o trabalho durante o curso</i>		<i>Total</i>
			Estudante a tempo inteiro	Tinha uma actividade profissional	
	Nenhum	Nº	4	-	4

<i>Número de empregos após conclusão do curso</i>		%	11,4%	-	5,7%
	1 emprego	Nº	21	27	48
		%	60,0%	77,1%	68,6%
	2 empregos	Nº	6	8	14
		%	17,1%	22,9%	20,0%
	3 ou mais empregos	Nº	4	-	4
%		11,4%	-	5,7%	
<i>Total</i>		Nº	35	35	70
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Relativamente ao número de empregos já exercidos, a análise do quadro 3 permite-nos verificar que 60% dos indivíduos que declaram não exercer qualquer profissão, no último ano do curso, tinham detido até aí somente uma ocupação profissional, 11,4% afirmam ter já exercido 3 ou mais empregos, desde o terminus do curso. Face às situações de mobilidade profissional que, globalmente, caracterizam o período precedente à formação superior e que exteriorizam a instabilidade de trajetórias dos jovens, após a saída do sistema de ensino, como se pode verificar em Coutrot e Dubar (1992), constata-se que no caso de Comunicação Social este fenómeno não possui grande representatividade. Esta situação tem contudo que ser enquadrada temporalmente, o facto é que existia pouco espaço de tempo, entre final efectivo do curso e a realização da investigação. Assim, verifica-se que este número pouco elevado de empregos exercidos pelos diplomados, tem uma relação directa com o ano de conclusão do curso e é neste parâmetro que obrigatoriamente tem que ser enquadrado.

No que diz respeito ao que já possuíam uma ocupação profissional, verificou-se que 77,1% afirmam só ter tido um emprego após o curso, correspondendo a uma manutenção da situação profissional. Esta questão será retomada posteriormente.

Globalmente, a transição ao trabalho por parte dos diplomados de Comunicação Social, apresenta contornos que se afastam das tendências que normalmente caracterizam este processo, pelo menos no que diz respeito ao tempo de espera para aceder ao primeiro emprego, e também no que respeita ao número de empregos exercidos e número de vezes que já se encontraram desempregados. Importava então, tentar perceber a existência ou não de uma coerência entre formação recebida e emprego exercido.

#### QUADRO 4

Ramo de actividade económica do Organismo Empregador, face à situação perante o trabalho, durante o curso

		<i>Situação perante o trabalho durante o curso</i>	<i>Total</i>

			Estudante a tempo inteiro	Tinha uma actividade profissional	
<i>Ramo de actividade económica do organismo empregador</i>	Indústrias Extractivas	Nº	1	-	1
		%	2,9	-	1,4
	Comércio por Grosso e a Retalho	Nº	1	-	1
		%	2,9	-	1,4
	Restauração (restaurantes, hotéis ou similares)	Nº	1	1	2
		%	2,9	2,9	2,9
	Comunicação e informação (criação, circulação, armazenagem )	Nº	16	8	24
		%	45,7	22,9	34,3
	Banca e Seguros	Nº	2	1	3
		%	5,7	2,9	4,3
	Intermediários (prestação de serviços e empresas)	Nº	1	-	1
		%	2,9	-	1,4
	Serviços públicos e privados	Nº	7	18	25
		%	20	51,4	35,7
	Ensino	Nº	2	6	8
		%	5,7	17,1	11,4
	Outra	Nº	-	1	1
		%	-	2,9	1,4
Não se aplica	Nº	4	-	4	
	%	11,4	-	5,7	
<i>Total</i>	Nº	35	35	70	
	%	100	100	100	

No que respeita ao ramo de actividade económica do organismo empregador (cf. quadro 4), verifica-se que existe uma distribuição heterogénea, por parte dos diplomados, no que respeita à actividade profissional exercida ao nível do Sistema de Emprego.

No que diz respeito aos estudantes a tempo inteiro, 46,7% afirmam que o primeiro emprego está a ser exercido numa área coerente com a formação superior recebida, o que se poderá considerar satisfatório, principalmente quando temos em conta que o que está a ser analisado é, efectivamente, o primeiro emprego. Verifica-se que são os mais jovens que evidenciam uma maior proximidade a áreas coerentes com a sua formação superior, o que vem questionar a coerência entre emprego já exercido e formação frequentada, no caso dos trabalhadores-estudantes. Relativamente a estes, a taxa mais representativa, 51,4% afirmam trabalhar nos serviços públicos e privados, embora 22,9% dos mesmos afirmem trabalhar ou ter trabalhado numa área ligada ao curso aqui em análise.

Importa, também, referir que, globalmente, os organismos empregadores dos diplomados em Comunicação Social apresentavam ainda as seguintes características: no que diz respeito ao tipo de organismo verificou-se um predomínio, no caso dos

indivíduos que ainda não tinham exercido uma actividade profissional, em empresas com capital privado, verificando-se o inverso com os trabalhadores-estudantes, mais representativos em empresas públicas.

Quanto às dimensões destes mesmos organismos, os trabalhadores-estudantes encontram-se maioritariamente ligados a organismos com mais de 500 trabalhadores, enquanto os restantes se situam em organismos entre 10 e 49 trabalhadores. Estes dados vêm, mais uma vez, confirmar as diferenças existentes entre estes dois grupos de diplomados ao nível do emprego exercido, reforçando a pertinência deste paralelismo analítico. Importa, agora, evidenciar os meios de acesso ao emprego.

#### QUADRO 5

Meios utilizados na procura do 1º emprego, segundo situação perante o trabalho, durante o curso

			<i>Situação perante o trabalho durante o curso</i>		<i>Total</i>
			Estudante a tempo inteiro	Tinha uma actividade profissional	
<i>Meios utilizados na procura/mudança de emprego - 1º emprego</i>	Centro de emprego	Nº	7	2	9
		%	20	5,7	12,9
	Auto-proposta	Nº	8	1	9
		%	22,9	2,9	12,8
	Conhecimentos pessoais	Nº	5	10	15
		%	14,3	28,6	21,4
	Resposta de anúncios	Nº	7	2	9
		%	20	5,7	12,9
	Concurso oficial	Nº	1	12	13
		%	2,9	34,3	18,6
	Sequência de um estágio	Nº	6	5	11
		%	17,1	14,3	15,7
	Criação do próprio emprego	Nº	-	1	1
		%	-	2,9	1,4
Outro meio	Nº	1	2	3	
	%	2,9	5,7	4,3	
<i>Total</i>	Nº	35	35	70	
	%	100	100	100	

Na sequência da leitura do quadro 5 e tendo presente que globalmente é referido em várias investigações (Martins et al, 2002; Alves, 2000), verifica-se uma maior

utilização, por parte dos diplomados em Comunicação Social, dos contactos pessoais, aquando do acesso ao emprego. Esta questão vem também desde já levantar a pertinência da Origem Social na presente investigação, face à relação directa que a mesma tem, aquando da utilização dos conhecimentos pessoais no acesso ao Sistema de Emprego. Paralelamente, torna-se pertinente evidenciar a utilização de meios formais, Centros de Emprego, respostas a anúncios, auto-propostas, mas também a integração num emprego após o seguimento de um estágio, evidenciando um dinamismo e variedade de técnicas para aceder ao 1º emprego por parte dos estudantes a tempo inteiro. Curioso é salientar que da parte destes a utilização de conhecimentos pessoais não detêm representatividade significativa no processo de acesso dos mesmos ao 1º emprego. No caso dos trabalhadores-estudantes, os contactos pessoais e os concursos oficiais representam os veículos privilegiados de acesso ao 1º emprego, o que vem demonstrar estratégias díspares dos restantes indivíduos.

### 3.2 - Mobilidades

Pretende-se aqui sobretudo verificar que importância a frequência deste curso tem tido, em hipotéticos processos de mobilidade social, profissional e geográfica, eventualmente verificáveis durante o curso e posteriormente ao nível do Sistema de Emprego, tendo em conta, porém, o ano de conclusão dos diplomas e a situação perante o trabalho antes da conclusão do mesmo. Isto porque a vertente temporal é de extrema importância na análise deste processo e na profundidade de potenciais conclusões. Constitui-se porém fundamental, analisar mais aprofundadamente o caso específico dos trabalhadores-estudantes.

QUADRO 6  
Situação Profissional dos Trabalhadores-Estudantes após curso

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Permaneceu no mesmo emprego na mesma situação	20	28,6
Permaneceu no mesmo emprego mudando de categoria profissional	8	11,4
Permaneceu no mesmo emprego mas aumentou a remuneração	1	1,4
Mudou de emprego	4	5,7
Outra situação	2	2,9
Não se aplica	35	50,0
Total	70	100,0

Analisando a situação profissional dos trabalhadores-estudantes (cf. quadro 6) verifica-se que somente 4 indivíduos afirmam ter efectivamente mudado de emprego, após a conclusão do curso de Comunicação Social, mantendo os restantes os mesmos empregos, embora alguns deles em circunstâncias/cargos diferentes. Destes, somente 9 evidenciam mudanças na estrutura do emprego exercido, já que os restantes afirmam não ter sofrido qualquer vantagem com a conclusão do curso, relativamente à posição já ocupada.

Estes dados vêm confirmar a questão já levantada anteriormente, a de que seria de esperar a existência de taxas elevadas de imobilismo profissional, por parte dos que já exerciam uma actividade profissional durante o curso. Importa agora verificar se este imobilismo também teria representatividade ao nível da classificação da profissão

QUADRO 7  
Mobilidade Profissional

Classificação na Profissão	1º Emprego		Actual/Último emprego		Variação
	Frequência	%	Frequência	%	
Membros de corpos legislativos, quadros dirigentes da função pública, directores e quadros dirigentes de Empresas	8	11,4	11	15,7	+ 4,3%
Professores do Ensino Superior Politécnico	1	1,4	3	4,3	+ 2,9%
Professores do 2º e 3º ciclo e do Ensino Secundário	1	1,4	2	2,9	+ 1,5%
Profissões Técnicas Intermédias	15	21,4	19	27,1	+ 5,7%
Empregados Administrativos	16	22,9	10	14,3	- 8,6%
Outra	25	35,7	21	30	- 5,7%
Não se aplica	4	5,7	4	5,7	-
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>100</b>	<b>70</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

No que diz respeito ao quadro 7, verificam-se taxas pouco significativas de mobilidade profissional, o que face a dados já apresentados eram de se esperar. Apesar desta situação, salienta-se pela positiva uma variância de 5,7% nas Profissões Técnicas Intermédias e de 4,3% nos Membros de Corpos Legislativos, Quadros Dirigentes da Função Pública, Directores e Quadros Dirigentes de Empresas. Pela negativa, é de salientar a diminuição de 8,6% nos Empregados Administrativos.

Contudo, torna-se necessário descodificar o indicador “Outra”. Esta opção evidenciou sobretudo situações profissionais específicas, que não se enquadravam na tipologia definida previamente no instrumento de recolha da informação. No entanto, salienta-se que a generalidade dos indivíduos, que responderam nesta opção, fizeram-no erradamente, posicionando-se indevidamente face à tipologia fornecida. Salienta-se, especialmente o caso dos Jornalistas, que não se classificaram como Profissionais Técnicos Intermédios, mas salientado na opção “Outra” e de uma forma literal, esta mesma profissão. Esta questão poderia levar-nos a questionar a importância das Identidades Profissionais, como se verifica em Alves (1998), mas extravasava o âmbito da investigação. Verificam-se, assim, taxas pouco significativas no que respeita à mobilidade profissional, corroborando o já evidenciado imobilismo ao nível da situação profissional, da evolução da jornada de trabalho e do tipo de vínculo. Saliente-se ainda que foi somente a nível salarial que se verificaram taxas de variação de salientar, sendo os que desempenham o seu 1º emprego que denotam evoluções a este nível.

Conclui-se assim que são os mais jovens, sem experiência profissional que apresentam uma maior mobilidade profissional, sobretudo no que respeita a salários e tipo de vínculos. No caso dos que já se encontravam integrados profissionalmente, as variações ao nível da situação perante o trabalho após o curso são praticamente nulas. No caso destes, a aposta na obtenção de um diploma não tinha proporcionado, até à altura, grandes benefícios a nível profissional. Relativamente ao processo de mobilidade social, e face às características que enquadravam geográfica e institucionalmente a investigação, evidenciava-se como um aspecto contextual fundamental.

QUADRO 8  
Classe de pertença segundo a Classe de Origem

		Classe de origem									Total
		EDL	PTE	TI	Tlpl	AI	EE	O	AEpl		
Classe de pertença	PTE	N	5	7	5	6	2	4	1	1	31
		%	55,6	43,8	45,5	40,0	40,0	50,0	25,0	25,0	44,3
	EE	Nº	2	1	2	3	1	2	1	-	12
		%	22,2	6,3	18,2	20,0	20,0	25,0	50,0	-	17,1
	O	Nº	1	-	-	-	-	-	-	-	1
		%	11,1	-	-	-	-	-	-	-	1,4
	Não se aplica	Nº	1	8	4	6	2	2	-	3	26
		%	11,1	50,0	36,4	40,0	40,0	25,0	-	75,0	37,1
Total	Nº	9	16	11	15	5	8	2	4	70	
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

In: COSTA, Firmino, 1999, *op. Cit.*

**Legenda:** EDL - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; PTE - Profissionais Técnicos e de Enquadramento; TI – Trabalhadores Independentes; Tlpl – *Trabalhadores independentes Pluriactivos*;

AI – Agricultores Independentes; AIpl – Agricultores Independentes Pluriactivos; EE – *Empregados Executantes*; O – Operários; AA – Assalariados Agrícolas; Aepl – Assalariados Executantes Pluriactivos

Pretendia-se verificar, com algumas restrições temporais, se efectivamente e após o curso, se tinham verificado processos de mobilidade social intergeracionais. Importa, desde já, explicitar o indicador “Não se Aplica” referido no quadro 8. Este representa os indivíduos que na altura se encontravam desempregados e que, conseqüentemente, ainda pertenciam à classe dos seus progenitores e os indivíduos casados ou em união de facto que pelo facto de serem maioritariamente os que já haviam afirmado exercer uma actividade profissional antes do curso e face às taxas de imobilismo profissional já evidenciadas, não se apresentavam como alvo desta análise particular. Assim, são os indivíduos que de origem pertencem à classe dos TI - Trabalhadores Independentes, dos TIpl -Trabalhadores Independentes Pluriactivos e dos TIpl- Trabalhadores Independentes Pluriactivos, que apresentam movimentos de mobilidade social ascendente, principalmente para a classe dos PTE-Profissionais Técnicos e de Enquadramento. No sentido inverso, encontram-se os indivíduos das classes mais elevadas (EDL - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais PTE - Profissionais Técnicos e de Enquadramento, logicamente mais difíceis de alcançar, por parte dos indivíduos em estudo, quando se verifica que os mesmos ainda detêm pouco tempo de trabalho efectivo, como é o caso destes diplomados. Verifica-se, conseqüentemente, uma influência do diploma, no acesso a uma actividade profissional que lhes permita ascender socialmente, segundo os parâmetros de análises estabelecidos.

Contudo, e tendo presente Costa (1999), verifica-se que a origem social não se afirma como uma variável preponderante, no que respeita à profissão desempenhada actualmente pelos diplomados, bem como no que se refere à situação perante o trabalho. Finalmente resta analisar o processo de mobilidade geográfica, fundamental, tendo presente a ideia já evidenciada em Cruz e Cruzeiro (1995), da procura regional da formação ao nível superior.

QUADRO 9  
Naturalidade e Residência actual por Distrito

	Naturalidade		Residência actual		Variação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Viseu	28	40	47	67,1	+ 19	+ 27,1
Não se aplica	7	10	-	-	-	-

Guarda	7	10	4	5,7	- 3	- 4,3
Aveiro	6	8,6	2	2,9	- 4	- 5,7
Braga	1	1,4	1	1,4	-	-
Coimbra	6	8,6	2	2,9	- 4	- 5,7
Funchal	2	2,9	2	2,9-	-	-
Porto	6	8,6	2	2,9	- 4	- 5,7
Leiria	1	1,4	1	1,4	-	-
Lisboa	2	2,9	5	7,1	+ 3	+ 4,2
Castelo Branco	1	1,4	-	-	- 1	- 1,4
Santarém	1	1,4	1	1,4	-	-
Setúbal	1	1,4	2	2,9	+ 1	+ 1,5
Viana do Castelo	1	1,4	-	-	- 1	- 1,4
Vila Real	-	-	1	1,4	+ 1	+ 1,4
Total	70	100	70	100	70	100

Como se constata no quadro 9 Viseu, além de constituir o Distrito mais representativo no que respeita à origem dos indivíduos, é também o Distrito que apresenta dados positivos mais relevantes, no que respeita à mobilidade geográfica do período posterior ao final do curso, por parte dos diplomados em análise. Assim, é este Distrito que actualmente se afirma como a região de residência prioritária dos diplomados em Comunicação Social. Isto sugere que, independentemente da sua origem, embora a percentagem de indivíduos originários da mesma seja significativa, o local onde o diploma foi obtido constituiu local privilegiado de fixação dos mesmos, no período temporal pós-curso, situando-se maioritariamente aí as primeiras experiências profissionais dos diplomados. Analisando globalmente os dados obtidos, esta concentração na capital de Distrito, não constituiu uma surpresa, principalmente se tivermos em conta a sua naturalidade e considerarmos que é este espaço urbano o mais atraente a nível regional.

Verifica-se que é no caso dos mais jovens que esta coincidência se demonstra mais efectiva, o que levanta dúvidas relativamente ao processo de passagem à vida adulta por parte dos mesmos. Porém é importante ter em conta a naturalidade dos mesmos, isto porque sendo originários maioritariamente desta mesma região, é compreensível que exista uma tendência se manter a sua situação familiar, fundamentalmente quando se verifica uma integração no Sistema de Emprego local, tendo presente o número de inquiridos para os quais esta é efectivamente a primeira experiência profissional efectiva.

De salientar ainda o indicador “Não se aplica” presente no quadro 9, que representa os diplomados desempregados e que conseqüentemente não teriam sofrido alterações ao nível da residência após terminarem o curso superior. Contudo, torna-se importante referir que são também os mais jovens que apresentam taxas de mobilidade geográfica mais elevadas, isto porque também são estes também os que se encontram mais predispostos a “arriscar” e a iniciar o seu processo de integração no sistema de emprego em outra localidade, que não a de origem ou residência dos respectivos progenitores, isto face à sua ainda não entrada efectiva na vida adulta, tendo presente Pais (1996).

Esta questão vem confirmar a tendência, já verificada em outros estudos (Rose, 1987; Dubar, 1996; Coutrot, 1992) de serem os mais jovens os que apresentam, globalmente, as mais altas taxas de mobilidade geográfica, principalmente quando o que está em causa é a integração no sistema de emprego, porque o facto de estarem no início da vida adulta lhes permite efectuar esta opção. Não esqueçamos que os restantes, já integrados no sistema de emprego e já com uma vida conjugal, não reúnem à priori condições que permitam aceder a uma profissão que acarrete mobilidade geográfica.

### 3.3 – Representações e Expectativas face à Formação e Emprego

Com a introdução das questões relativas às representações e expectativas face à formação e emprego pretende-se compreender mais profundamente a perspectiva pessoal dos inquiridos face à problemática em análise. Iniciamos a reflexão com questões relacionadas com os motivos de ingresso dos diplomados no Ensino Superior, bem como questões ligadas ao rendimento escolar obtido.

QUADRO 10

Nº da opção, na escolha do curso, aquando da candidatura segundo o motivo do ingresso no Ensino Superior, tendo em conta a situação perante o trabalho, durante o curso

Situação perante o trabalho durante o curso			Motivo do ingresso no Ensino Superior							Total
			I	II	III	IV	V	VI	VII	
	1ª Opção	Nº	-	-	5	1	7	-	7	20
		%	-	-	62,5	100	58,3	-	53,8	57,1
	2ª Opção	Nº	-	-	1	-	1	-	2	4
		%	-	-	12,5	-	8,3	-	15,4	11,4

<b>Estudante a tempo inteiro</b>	<i>Nº da opção na escolha do curso aquando da candidatura</i>	3ª Opção	Nº	-	-	2	-	1	-	2	5	
			%	-	-	25	-	8,3	-	15,4	14,3	
		4ª Opção	Nº	1	-	-	-	-	-	-	-	1
			%	100	-	-	-	-	-	-	-	2,9
		5ª Opção	Nº	-	-	-	-	2	-	1	3	
			%	-	-	-	-	16,7	-	7,7	8,6	
		Outra	Nº	-	-	-	-	1	-	1	2	
			%	-	-	-	-	8,3	-	7,7	5,7	
		<b>Total</b>	Nº	1	-	8	1	12	-	13	35	
			%	100	-	100	100	100	-	100	100	
<b>Tinha uma actividade Profissional</b>	<i>Nº da opção na escolha do curso aquando da candidatura</i>	1ª Opção	Nº	1	1	5	-	3	4	11	25	
			%	100,0	50,0	71,4	-	100	66,7	68,8	71,4	
		3ª Opção	Nº	-	1	-	-	-	-	3	4	
			%	-	50	-	-	-	-	18,8	11,4	
		4ª Opção	Nº	-	-	-	-	-	1	-	1	
			%	-	-	-	-	-	16,7	-	2,9	
		Outra	Nº	-	-	2	-	-	1	2	5	
			%	-	-	28,6	-	-	16,7	12,5	14,3	
		<b>Total</b>	Nº	1	2	7	-	3	6	16	35	
			%	100	100	100	-	100	100	100	100	

*Legenda:* I – Pressão familiar; II - O prestígio social associado à posse de um diploma; III – Era a forma mais certa ter um emprego bem remunerado; IV – Pela abundância de emprego nesta área de formação; V – Era a forma mais segura de obter um emprego; VI – Subir hierarquicamente no emprego já estabelecido; VII – Outro motivo.

Por parte dos estudantes a tempo inteiro, verifica-se que uma boa parte deles (57,1%), afirmam terem entrado na sua primeira opção, o que denota objectivamente uma procura específica da mesma. Destes, os motivos de ingresso mais referidos são fundamentalmente os que se encontram ligados à obtenção de um emprego: “*Forma mais segura de obter um emprego*”; “*Forma mais certa ter um emprego bem remunerado*”. O indicador, “Outro motivo”, que apresenta neste quadro valores a destacar, está fundamentalmente relacionado com questões de vertente pessoal e de identificação específica com a área de formação, indo ao encontro da vontade demonstrada, aquando da sua candidatura ao Ensino Superior, na 1ª opção.

Ainda no que respeita aos estudantes a tempo inteiro, convém referir que a escolha deste curso se situa global e maioritariamente, entre as três primeiras opções, aquando do acesso ao Ensino Superior, persistindo as preocupações relacionadas objectivamente com o emprego, a constituir o grande motivo para aceder a uma formação de índole superior. No caso dos trabalhadores-estudantes interessava observar se esta escolha de curso denotava alguma similitude com a sua situação profissional. Como já foi referido, existe, de uma forma global, uma relação entre o tipo de

actividades profissionais desempenhadas por estes indivíduos, antes de terminarem o seu curso e o tipo de formação que, então, estavam a receber. Assim, embora de uma forma subtil, já se questionou se inerente a esta escolha de formação, estaria um interesse efectivo de melhorar a sua situação laboral já constituída, que até como já se verificou ainda não acontecera.

O quadro 10 permite-nos verificar que relativamente a este último aspecto, existe também um predomínio da escolha deste curso na 1ª opção, denotando, tal como os estudantes a tempo inteiro, uma vontade efectiva da frequência do mesmo. Esta questão corrobora a hipótese de que os trabalhadores-estudantes escolheram este curso de uma forma objectiva e, provavelmente, em coerência com a actividade profissional já exercida, até porque esta situação detinha, no caso destes, um maior peso (71,4%), da apresentada no caso dos estudantes a tempo inteiro. Porém, é também importante destacar a existência de 6 casos, onde é assumido pelos inquiridos, de uma forma objectiva, que o motivo de ingresso no Ensino Superior estaria relacionado com a intenção de subir hierarquicamente no emprego já detido. A opção “Outro Motivo” volta a deter uma frequência a realçar. Novamente as questões de foro pessoal e a identificação com esta área de formação voltam a constituir os principais factores para o acesso a este tipo de ensino.

Estes dados permitem-nos estabelecer uma relação entre a formação e os objectivos efectivos dos indivíduos, sendo, no caso dos trabalhadores-estudantes, uma exteriorização evidente da existência de estratégias individuais com o intuito de evoluir profissionalmente em actividades já exercidas, até porque estes se encontravam integrados maioritariamente no sector público, o que levantava a questão da progressão das carreiras na Função Pública, como grande móbil motivacional de acesso ao Ensino Superior.

QUADRO 11  
Apreciação da Situação Social e Profissional

		1	2	3	4	5	6	Sem opinião	Não se aplica	Total
<b>I</b>	Nº	8	9	11	11	14	12	2	3	70
	%	11,4	12,9	11,4	15,7	20,0	17,1	2,9	4,3	100
<b>II</b>	Nº	22	11	16	9	5	2	2	3	70
	%	31,4	15,7	31,4	12,9	7,1	2,9	2,9	4,3	100
<b>III</b>	Nº	16	6	20	9	5	2	9	3	70
	%	22,9	22,9	28,6	12,9	7,1	2,9	12,9	4,3	100
<b>IV</b>	Nº	22	12	19	3	2	-	9	3	100

	%	31,4	17,1	31,4	4,3	2,9	-	12,9	4,3	100
V	Nº	18	3	9	10	8	7	12	3	70
	%	25,7	4,3	12,9	14,3	25,7	10,0	17,1	4,3	100
VI	Nº	12	11	12	9	11	6	6	3	70
	%	17,1	17,1	15,7	17,1	17,1	15,7	8,6	8,6	4,3
VII	Nº	14	7	14	7	14	5	6	3	70
	%	20,0	10,0	20,0	10,0	20,0	7,1	8,6	4,3	100
VIII	Nº	14	9	8	10	9	8	9	3	70
	%	20,0	12,9	11,4	20,0	12,9	11,4	12,9	4,3	100

Legenda: I - Satisfação com a situação face ao emprego; II - Articulação entre o diploma académico realizado e os proveitos recebidos; III - Reconhecimento social pelo facto de ser licenciado; IV - Reconhecimento social pelo facto de ser licenciado pela ESEV; V - A sua situação geral melhorou relativamente aos seus pais; VI - A sua situação no emprego vai melhorar em estabilidade; VII - A sua situação no emprego vai melhorar materialmente; VIII - A sua situação no emprego vai melhorar em estatuto. Nota: Escala de 1 a 6, em que 1 significa o mínimo e 6 o máximo

Convém, de imediato e já tendo em conta o quadro 11, justificar a existência do indicador “Não se aplica”. Esta situação engloba o caso dos indivíduos que se encontravam desempregados e ainda não possuíam qualquer contacto com o mundo do trabalho, pelo que não reuniam condições efectivas para responder a esta questão. O indicador Satisfação face ao Emprego, apresenta valores surpreendentes e extremamente positivos (os valores mais elevados situam-se na escala de valores entre 4 e 6), face à realidade profissional actual dos mesmos.

Assim, os diplomados apresentam, relativamente a este aspecto, taxas de satisfação positivas, o que não deixa de ser interessante, mesmo no caso dos que não possuem ainda uma situação estável ao nível do Sistema de Emprego. Ainda no que respeita ao emprego (pontos VI, VII, VIII), as opiniões já são menos positivas, verificando-se que as expectativas futuras face ao mesmo não são propriamente animadoras, embora, em termos globais, os dados apresentem valores muito próximos relativamente a estes três pontos, impedindo retirar ilações mais profundas. Curioso é verificar que, relativamente ao ponto V, somente 25 indivíduos (considerando os casos iguais ou superiores a 4), denotam que a sua situação geral melhorou relativamente aos seus pais. Esta posição evidencia que, independentemente do acesso a uma formação superior e a um emprego, pelo menos por agora e face às particularidades deste mesmo emprego, os indivíduos globalmente não consideram ter melhorado a sua situação face aos seus progenitores. Esta é uma questão que obrigatoriamente tem que ser enquadrada na problemática já analisada da mobilidade social e denota as suas insuficiências

conceptuais, difíceis de ultrapassar e que actualmente a problemática das classes sociais encerra, tal como chama atenção Costa (1999).

De salientar que são os mais jovens que apresentaram índices de opinião mais críticos, relativamente a este aspecto, o que não deixa de constituir um elemento contextual importante à compreensão destes valores., até porque são os mais jovens que se encontram em situações menos estáveis face ao trabalho. Os pontos II, III e IV procuravam principalmente verificar as representações que os diplomados detinham do diploma em si e também do facto do mesmo ter sido obtido na Escola Superior de Educação de Viseu. Os aspectos directamente relacionados com o valor simbólico do diploma (pontos II e IV) denotam um “desencanto”, face ao mesmo. Os inquiridos demonstram que o estatuto de diplomado já não tem inerente uma valorização social quer relativamente ao diploma, quer relativamente à Instituição Superior que o facultou.

Esta situação, tendo em conta a idade e a situação actual perante o trabalho, apresenta particularidades a salientar. Assim, se a situação actual perante o trabalho não permite tirar ilações específicas, já a idade evidencia que são fundamentalmente os mais jovens a ter uma postura mais crítica. Mais uma vez, é possível estabelecer continuidade à tendência que se tem vindo a verificar, constituindo estes os mais críticos e os que denotam índices de insatisfação mais elevados, face à sua situação social e profissional actual. O ponto II tenta evidenciar a posição dos diplomados relativamente à articulação entre o diploma académico e os proveitos recebidos, persistindo de uma forma geral, uma posição não muito positiva, na escala de valores, com a grande maioria (78,5%) das respostas a situarem-se entre os números 1 e 3, numa escala de 1 a 6.

#### ***4 – Conclusões***

Os resultados apresentados permitiram-nos tirar algumas ilações. Verificam-se, assim, trajectórias de inserção pouco extensas em termos temporais, o que significa que, por parte dos estudantes a tempo inteiro, o processo de acesso ao 1º emprego não se estendeu significativamente em termos temporais, após a sua saída do sistema de ensino. Importa, contudo, ter presente que os mesmos afirmaram genericamente só ter exercido até à altura da investigação um só emprego. Contudo, as características deste emprego exercido, encerravam maiores complexidades.

Constatou-se que, ao nível da situação na profissão, a generalidade afirmou exercer o seu trabalho por conta de outrem e a termo certo. Estes dados devem contudo

ser analisados, tendo em conta o espaço temporal entre a sua saída e a altura da realização dos inquéritos, o que permitia compreender melhor estas tendências. No que respeita à profissão, estes denotam uma relativa coerência com a formação recebida, o que não deixa de constituir um indicador positivo.

No caso dos estudantes a tempo inteiro, enquadrados na problemática do primeiro emprego, apresentam baixos valores de remuneração. Esta questão também terá que ser contextualizada no precedente temporal já referido, até porque na generalidade dos casos estas características vão ao encontro das tendências verificadas em outras situações, aquando da transição ao trabalho, por parte dos que ainda não detêm qualquer experiência face ao trabalho, como se verifica em anteriores investigações tais como, Vernières (1987); Giret (2000); Lima (1992); Martins et al (2002).

Consequentemente e no que respeita ao processo de transição no que concerne aos estudantes a tempo inteiro evidencia-se alguma similitude em termos do tipo e qualidade do emprego, condições de trabalho e remuneração, com investigações que se têm realizado sobre esta problemática, não se verificando qualquer relação entre as mesmas e o tipo de formação recebida, Bacharelato ou Licenciatura. No caso dos trabalhadores-estudantes o objectivo era verificar até que ponto o acesso a um diploma teria exercido alguma influência na situação profissional dos mesmos. Verificou-se que tal não aconteceu, pelo menos no que respeita a esta vertente do conceito de mobilidade. Dos 35 indivíduos que afirmaram exercer uma actividade profissional, ainda durante o curso, 20 mantiveram a mesma situação profissional. Embora estes valores sejam elevados e corroborem a constatação de um movimento de imobilismo profissional dos mesmos pós-curso, o facto é que se verificou, igualmente, algumas melhorias na situação no emprego já exercido e na mudança efectiva de emprego, embora sem visíveis melhoramentos nas características e condições do trabalho já detido.

Face a isto, pode-se afirmar que, no caso dos indivíduos que evidenciaram mudanças ao nível da sua situação profissional, a obtenção do diploma poderá ter potenciado estes movimentos, contudo é somente possível equacionar esta hipótese até porque o mesmo não detém em termos numéricos visibilidade significativa. Os dados disponíveis vieram confirmar sim o imobilismo profissional dos mesmos, enquadrando-se o ténue movimento de mobilidade profissional verificado mais ao nível do emprego já detido, do que a uma efectiva mudança de emprego. Assim, o acesso ao diploma, globalmente, não teve, para já, influência na situação profissional detida. No que

respeita à mobilidade geográfica e tendo em conta os parâmetros instituídos na análise anterior, verifica-se, apesar da origem da generalidade dos inquiridos se enquadrar na região geográfica em análise, uma fixação efectiva no Distrito de Viseu, após a conclusão do curso e integração no Sistema de Emprego local. Os movimentos de mobilidade geográfica para fora do distrito, apesar de não apresentarem valores significativos, acontecem fundamentalmente por parte dos que daí não eram naturais, ou por parte dos mais jovens, o que, tendo presente Pais (1996) e Alves (2000), se apresenta como um movimento “natural”, por parte dos que ainda não entraram, efectivamente, na vida adulta e, como tal, podem efectivamente arriscar, no processo de acesso a uma profissão, mesmo que esta exija uma efectiva deslocação geográfica.

A fixação neste distrito representa, assim, o principal movimento de mobilidade geográfica destes diplomados, permitindo-nos afirmar o papel central que a obtenção e a frequência deste curso e a integração no Sistema de Emprego local, detiveram neste processo. O mesmo não pode deixar de ser enquadrado no contexto geográfico global do país, até porque e a nível regional, a cidade de Viseu representa, sem dúvida, um dos poucos espaços urbanos atractivos em termos de níveis de empregabilidade e desenvolvimento, não sendo de estranhar a sua elevada capacidade de atracção, relativamente às suas congéneres do interior do país. Indirectamente, esta questão espoleta a problemática da origem socio-económica dos alunos, e a sua influência na possibilidade de aceder a um ensino distante da sua residência de origem. Relativamente a este caso específico os dados sobre os progenitores dos inquiridos e a sua classe de origem, a sua profissão, bem como a sua origem geográfica evidenciavam uma tendência que corrobora esta hipótese. Os inquiridos reuniam características de origem, que permitiam enquadrar esta procura regional prioritária de uma formação de índole superior.

Por último, a relação entre a situação actual face ao emprego, as representações e expectativas dos inquiridos face à formação recebida e ao trabalho exercido. Em termos globais os resultados não foram animadores. Os diplomados afirmam uma posição bastante crítica em relação a vários aspectos da formação recebida, não existindo, neste ponto diferenciação entre estudantes a tempo inteiro e trabalhadores-estudantes, bem como por parte dos que à altura deste estudo se encontravam desempregados. A principal lacuna referida é a insuficiente formação de carácter prático que é fornecida aos alunos, ao longo do curso, o que tendo em conta o tipo de formação em causa, Bacharelato + Licenciatura e conseqüente preocupação com uma formação de carácter

profissionalizante, bem como a existência de um estágio no 3º ano curricular do mesmo, não deixa de representar uma questão que encerra particularidades complexas, justificando a necessidade de uma urgente reflexão. No que respeita à satisfação face ao emprego, as opiniões são qualitativamente moderadas, o que face aos resultados já evidenciados, também não constituem uma surpresa. Não esqueçamos que as trajetórias de inserção dos estudantes a tempo inteiro, que reuniam características de alguma instabilidade naturais e inerentes ao acesso ao 1º emprego, bem como as trajetórias profissionais após o curso, por parte dos trabalhadores-estudantes que não tinham denotado valores de mobilidade profissional significativa, evidenciavam, hipoteticamente, que as opiniões sobre a situação profissional dos mesmos, não fossem deliberada e assumidamente de carácter positivo. Verifica-se também, que a situação profissional, bem como outras variáveis como o sexo, idade, não representam relativamente a estas questões, variáveis explicativas, denotando-se um movimento homogéneo na exteriorização das posições, por parte dos diplomados em Comunicação Social. Contudo, as condições de trabalho, bem como o imobilismo profissional, por parte dos trabalhadores-estudantes, devem ser anexados a esta.

Para terminar, importa reflectir sobre a estrutura curricular do curso alvo da análise, tendo presente as inovações vinculadas pela Política Educativa Europeia. De uma forma genérica os estágios, bem como a experiência profissional que está inerente à sua realização, são referidos como um dos pontos mais importantes quando o que está em questão é o processo de transição ao trabalho, representando, invariavelmente, um elemento fulcral à integração profissional, fundamentalmente quando se está perante a uma faixa populacional sem experiência profissional, tal como se pode constatar entre outros, em Giret (2000). Ora, se a existência de estágios se revela um aspecto tão pertinente e detém tanta importância na transição ao trabalho, em especial no caso dos mais jovens, por que razão enquadrá-lo num 3º ano curricular do curso, quando existe ainda um 4º ano e um regresso obrigatório à Instituição Superior? Esta situação já foi entretanto reconhecida e irá proceder-se à reestruturação curricular do curso em causa, contudo esta questão perdeu entretanto toda a sua pertinência com a afirmação que futuramente todo o Ensino Superior nos países da União Europeia terá uma estrutura curricular de 3 anos lectivos. Face a isto urge questionar: Que posição os estágios que integram muitos dos cursos superiores oferecidos em Portugal ocuparão nestas estruturas temporalmente tão limitadas? Será que os estágios curriculares continuarão a existir numa estrutura curricular de 3 anos? Este aspecto é reducionista quando o que

está em causa é uma mudança tão profunda na essência do Ensino Superior em Portugal, contudo o futuro será complexo e a adaptação do Ensino Superior Português a estas novas directrizes não será pacífica. Será que existem condições, qualidade e recursos no Ensino Superior em Portugal para efectivar as mesmas? Acredito que sim, mas também temos que reconhecer que estas existem fundamentalmente a nível Universitário. Contudo já se levantam vozes que questionam a impossibilidade de estruturar os cursos segundo os novos parâmetros. As reinterpretações já se iniciaram, com diversas áreas científicas a reclamarem ser tecnicamente impossível adaptar os currículos a estas novas perspectivas temporais, e tendem a multiplicar-se. Não será que se está a construir um novo critério de diferenciação agora ao nível das áreas científicas? Será que irão existir áreas científicas de 1ª e 2ª categoria? E no que respeita aos tipos de ensino, será que não se estarão a reinventar precedentes para manter, extinguir ou aproximar o Sistema Binário de Ensino Superior em Portugal? De momento resta-nos questionar e reflectir. Não queria terminar sem referir, que apesar disto, esta poderá ser a derradeira oportunidade para muitas Instituições do Ensino Superior enveredem finalmente pelo caminho da qualidade e do desenvolvimento.

## **Bibliografia**

- ALALUF, Matéo et al, 1987, *Scènes de Chasse a l'emploi – L'insertion professionnelle des Universitaires*, Bruxelles, Editions de L'Université de Bruxelles.
- ALVES, Mariana Teresa Gaio, 1998, “Inserção na vida activa de licenciados : a construção de identidades sociais e profissionais”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 26, 131-147.
- ALVES, Mariana Teresa Gaio, 2000, *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados 1994-1998*, Lisboa, UL.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1996, *O Ensino Superior em Portugal*, Aveiro, UA.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 2002, *O Ensino Superior Politécnico em Portugal*, Aveiro, UA.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, j. c., (S/D), *A Reprodução : elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Veja.
- BOURDIEU, Pierre, 1979, *La Distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit.

- BOURDIEU, Pierre, 1987, “Propostas para o Ensino do Futuro”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 5, 101-120.
- BOUDON, Raymond, 1977, *L'inégalité des chances. Le mobilité dans les sociétés industrielles*, Paris, Armand Colin.
- C.N.E., 1990, *Pareceres e Recomendações: 88-89*, Lisboa, Conselho Nacional de Educação.
- COSTA, António Firmino, 1999, *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta.
- COUTROT, C.; DUBAR, C., 1992, *Cheminements professionnels et mobilités sociales*, Paris, La Documentation Française.
- CRUZ, Manuel Braga da ; CRUZEIRO, Maria Eduarda, 1995, *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal – Situação e problemas de acesso*, Lisboa, ME.
- DUBAR, Claude (ed), 1987, *L'autre jeunesse – Jeunes stagiaires sans diplôme*, Lille, Presses Universitaires de Lille.
- DUBAR, Claude, 1996, *La Socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin.
- ESTEVES, Joaquim, 1995, *Jovens e Idosos : família, escola e trabalho*, Porto, Afrontamento.
- GALLAND, O., 1991, *Sociologie de la Jeunesse. L'entrée dans la vie*, Paris, Armand Collin.
- GIRET, Jean-François, 2000, *Pour une économie de l'insertion professionnelle des jeunes*, Paris, CNRS Éditions.
- GONÇALVES, Carlos ; PARENTE, Cristina ; VELOSO, Luísa, 2001, “ Licenciados em Sociologia : ritmos e formas de transição ao trabalho”, *Sociologia*, 11, 31-90.
- GONÇALVES, Manuela Bento, 1997, *Jovens, Educação e Trabalho - Contributos para a análise dos percursos sócio-profissionais de diplomados universitários*, Dissertação de Mestrado, UA.
- GRÁCIO, Sérgio, 1986, *Política Educativa como Tecnologia Social: as reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*, Lisboa, Livros Horizontes.
- LIMA, Maria da Paz, 1992, *Inserção na vida activa, emprego e desemprego em Portugal e na Comunidade Europeia*, Lisboa, ICS/IPJ.
- MARTINS, António Maria; ARROTEIA, Jorge Carvalho; GONÇALVES, Maria Manuela, 2002, *Sistemas de (des) emprego: trajectórias de inserção*, Aveiro, UA.
- MICHON, François, 1996, “Os debates sobre emprego e desemprego em França”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 17, 5-49.

- NICOLE-DRANCOURT, 2001, *Les Jeunes et le Travail*, Paris, PUF.
- OCDE, 1997, *Perspectives de l'Emploi*, Paris, Éditions de l'OCDE.
- OLIVEIRA, Luísa, 2000, “Desafios à Universidade : comercialização da ciência e recomposição dos saberes académicos”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 34, 93-117.
- PAIS, José Machado, 1994, “Percurso para a vida adulta num contexto de mudança social: o caso ilustrativo de Portugal”, *Estudos de Juventude*, 8, 15-25.
- PAIS, José Machado, 1996, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Casa da Moeda.
- PASSERON, J. C., 1982, “ L'inflation des diplômes ”, *Revue Française de Sociologie*, XXIII.
- ROSE, José, 1987, *En busca de Empleo - Formación, Paro, Empleo*, Madrid, Informes.
- SIMÃO, José Veiga; COSTA, António de Almeida, 2000, *O Ensino Politécnico em Portugal*, Braga, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.
- VERNIÈRES, 1997, *L'insertion professionnelle: analyses et débats*, Paris, Economica.
- VINCENS, Jean, 1997, “L'insertion professionnelle des jeunes – Quelques réflexions théoriques”, *Formation et Emploi*, 61, 59-71.